

• ANAIS •



# ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDANTES DE ARQUIVOLOGIA

22 A 26 DE JULHO DE 2019

TEMA:

O ARQUIVO E SEU FAZER NA MANUTENÇÃO  
DA DEMOCRACIA:  
ATUAÇÃO, SOCIEDADE E POLÍTICA



**CENTRO ACADÊMICO DE ARQUIVOLOGIA MARIA ODILA KAHL FONSECA  
EXECUTIVA NACIONAL DOS ESTUDANTES DE ARQUIVOLOGIA**

**ANAIS DO XXIII ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDANTES DE ARQUIVOLOGIA**

O arquivo e seu fazer na manutenção da democracia:  
atuação, sociedade e política

NITERÓI  
2019

## Encontro Nacional de Estudantes de Arquivologia (23.: 2019: Niterói, RJ)

### EXPEDIENTE

#### **Centro Acadêmico de Arquivologia Maria Odila Kahl Fonseca – CAArq/UFF**

Endereço: Universidade Federal Fluminense, Instituto de Arte e Comunicação Social (R. Prof. Lara Vilela, 126 - São Domingos, Niterói - RJ, 24210-590).

#### **Comissão editorial**

Gabriel Barros - Mestrando no Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação – UFF, Brasil.

Lohayne Soares - Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação – UFF, Brasil.

Paulo Alencar - Mestrando no Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação – UFF, Brasil.

Julia Nunes - Graduanda em Arquivologia – UFF, Brasil.

#### **Editores técnicos**

Gabriel Barros

Lohayne Soares

Paulo Alencar

#### **Designer editorial**

Gabriel Barros

#### **Avaliadores**

Alexandre Faben Alves

Asy Pepe Sanches Neto

Bianca Therezinha Carvalho Panisset

Cecilia de Araujo Capetine Fiore

Cláudio Muniz Viana

Fabiana Costa Dias

Fernanda Bouth Pinto

Genevieve da Cruz de Cerqueira

Isabela Costa da Silva

Juliana Loureiro Alvim Carvalho

Louise Anunciação Fonseca de Oliveira do Amaral

Roberta Pimenta da Cruz Mendonça

Sérgio Matias da Silva

Silvia Lhamas de Mello

Thayron Rodrigues Rangel

#### **Avaliadores (premiação)**

Alexandre Faben Alves

Aline da Mata Daudt

Amanda Marissa Soares da Silva

Ana Cláudia Lara dos Santos Coelho

Bruna Gomes Borges Barcellos

Juliana Loureiro Alvim Carvalho

Lorena dos Santos Silva

Raíra Lima Alves

#### **Capa**

Museu de Arte Contemporânea, Niterói, RJ – Brasil

Foto: Paulinho Muniz  
(<http://culturaniteroi.com.br/macniteroi/>)

As opiniões emitidas nesta publicação são de exclusiva e de inteira responsabilidade dos autores, não exprimindo, necessariamente, o ponto de vista do Centro Acadêmico de Arquivologia Maria Odila Kahl Fonseca – CAArq/UFF ou de qualquer um de seus membros.

O conteúdo e escrita dos textos presentes nesta publicação são de exclusiva e de inteira responsabilidade dos autores.

**Todos os direitos reservados.**

A reprodução não autorizada desta publicação, no todo ou em parte, constitui violação dos direitos autorais (Lei no 9.610/1998).

E56o Encontro Nacional de Estudantes de Arquivologia: O arquivo e seu fazer na manutenção da democracia: atuação, sociedade e política (23.: 2019: Niterói, RJ)

XXIII Encontro Nacional de Estudantes de Arquivologia, Niterói, RJ - 2019: o arquivo e seu fazer na manutenção da democracia: atuação, sociedade e política: anais - Niterói: CAArq/UFF, 2019.

PDF (202 p.) : il. color

1. Arquivologia – Estudantes – Encontro. I. Centro Acadêmico de Arquivologia Maria Odila Kahl Fonseca. II. Título.

CDD: 020

## FICHA TÉCNICA

**Centro Acadêmico de Arquivologia**  
**Maria Odila Kahl Fonseca –**  
**CAArq/UFF**

**Gestão 2017/2018**

### **Presidência**

Rodrigo Corrêa Sant'anna

### **Vice-presidência**

Lucas Mesquita Marcílio Soares

### **Secretaria**

Caroline Lage Soares Lessa

### **Direção de Finanças**

Júlia Nunes de Sousa e Silva

### **Direção de Comunicação**

Gustavo Maçulo de Queiroz Rocha

### **Direção de eventos**

Matheus Sonegheti do Nascimento

### **Direção de Assuntos Acadêmicos**

Lorena Abreu da Silva

### **Direção de Relações Externas**

Viviane de Azevedo Magalhães

---

**Executiva Nacional de Estudantes**  
**de Arquivologia – ENEA**

**Gestão 2018/2019**

### **Coordenação Geral**

Adriana Andréa Carvalho (FURG)

Lucas Thierry Monte Verde Silva  
(UFPA)

### **Coordenação ENEArq**

Lucas Mesquita (UFF)

Vivianne Magalhães (UFF)

### **Coordenação Acadêmica**

Carol Perruche (UNIRIO)

Jonatan Dias (UNIRIO)

### **Coordenação Sócio/Cultural**

Ana Luiza Batista de Vargas (UFES)

José Nilton Silva dos Santos Junior  
(UFBA)

Victor Simonato Filho (UNESP)

### **Coordenação de Memória**

Gisele Arcanjo (UFMG)

Victória Savino (UFAM)

### **Coordenação de Comunicação**

Clara Christina Miranda Sobral  
(UFPA)

Janiere Barbosa Oliveira (UEPB)

Júlia Mendes de Araújo Santana  
(UEPB)

Mirna Galiza (UFBA)

---

## ORGANIZAÇÃO XXIII ENEARQ

### Coordenação Geral

Lucas Mesquita  
Viviane Magalhães

### Secretaria

Carolina Lage  
Lorena Abreu

### Coordenação Financeira

Gustavo Maçulo

### Coordenação Científica

Gabriel Barros  
Júlia Nunes

### Coordenação de Infraestrutura e Logística

Rodrigo Sant'Anna

### Coordenação de Comunicação

Gabriela Fontenelle  
Ingrid Albuquerque

### Coordenação Social e Cultural

Clarice Ferreira  
Matheus Soneghetti

### Coordenação Esportiva

Larissa Reis  
Nathalia Brito

### Colaboradores

Aline Cristina Cruz dos Santos  
Ana Carolina de Almeida Sá Pinto Pires  
Ana Clara Figueiredo de Assis  
Clara Ferreira Rodriguês  
Daniel Paráizo Barros  
Eduarda Marise da Silva cicero  
Fabrício Gouvêa  
Gabriella Barros Alves

Graziella dos Santos Cardoso Fagundes  
Higor Menezes Valente  
Jessica Lorena P. S. da Silva  
João Victor Macedo de Oliveira  
Julia da Silva Felício  
Julliane Pereira Narcizo  
Larissa Reis da Silva  
Larissa Tavares de Freitas Alvares  
Levi Carvalho Ribeiro  
Lia Hibary Horikawa  
Lohayne Emerick Soares  
Lohrenna Larissa de Souza Araújo  
Luiz Felipe Alves da Silva  
Luiza Pires Martins  
Mariana Marins Pinto  
Matheus Rodrigues Garcia de Almeida  
Milena Teixeira Pôssas  
Natália Bruno Rabelo  
Paula Rodrigues de Souza  
Paulo José Viana de Alencar  
Priscila Cezario dos Santos  
Sabrina Peixoto Teixeira  
Suzana Bianca da Paixão Vieira  
Thaís de Almeida Pereira Lopes  
Thamiris Ledig de Carvalho Pereira  
Vitória Barboza de souza  
Wanessa Rodrigues de Souza  
Yasmim Oliveira

## **PRÊMIOS E HOMENAGENS**

### **Prêmio “Anna Carla Almeida Mariz”**

Profa Dra Margareth da Silva

### **Professoras homenageadas**

Profa Dra Esther Hermes Lück

Profa Dra Clarissa Moreira dos Santos Schmidt

### **Melhor trabalho – Eixo I**

“O ENSINO DE CLASSIFICAÇÃO ARQUIVÍSTICA NA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA” – Juliana Maia Mendes e Clarissa Moreira dos Santos Schmidt

### **Melhor trabalho – Eixo II**

“ACERVO FOTOGRÁFICO (FÍSICO) DO MUSEU DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ – MUFPA: MÉTODOS DE PRESERVAÇÃO ENCONTRADOS NA INSTITUIÇÃO” – Carlos Daniel do Amaral Dias Junior

### **Melhor trabalho – Eixo III**

“O MANUSEIO DE DADOS PESSOAIS: UM DESAFIO AO FAZER ARQUIVÍSTICO” – José Augusto Bagatini e José Augusto Chaves Guimarães

### **Melhor trabalho - MONOARQ**

“PARA QUEM E PARA QUE?: O ESTUDO DOS DOCUMENTOS DO ARQUIVO CEMITERIAL DO CAMPO SANTO DO ESTADO DA BAHIA” – Leide Mota de Andrade

## APRESENTAÇÃO

No tema central do encontro a palavra “arquivo” possui o sentido polissêmico de “documento de arquivo” e “instituição arquivística” e, por isso, pretende-se significar o protagonismo desses na manutenção da democracia. Dessa forma, por ser o documento de arquivo um registro fidedigno da ação que o gerou, entendemos que esse, no contexto democrático, é capaz de garantir transparência das ações governamentais e públicas, além de representar proteção aos direitos dos indivíduos em uma sociedade. E por isso, também, é de suma importância ressaltar o papel das instituições arquivísticas, especialmente as públicas, na salvaguarda destes registros documentais.

Isto posto, compreendemos a relevância do fazer arquivístico, seus métodos, técnicas e teorias clássicas e contemporâneas, para o debate, defesa e apresentação de meios para gerir e preservar os documentos e instituições arquivísticas no cenário político-social em que se inserem.

Apresentamos aqui então os **Anais do XXIII Encontro Nacional de Estudantes de Arquivologia**. Anais estes que são o reflexo do fôlego, envolvimento e esforços que os estudantes de Arquivologia no Brasil vêm desenvolvendo, e assim contribuindo para o fazer e o pensar da ciência do arquivos.

Contudo, defendemos que obras como essa servem não só para registrar o conhecimento acadêmico e científico, mas também para manifestar a magnitude da união estudantil. Afinal, é um orgulho para toda a comunidade arquivística brasileira que o Encontro Nacional de Estudantes de Arquivologia aconteça todos os anos, ininterruptamente, desde o ano de 1997.

**Gabriel Barros**

Coordenador Científico do XXIII ENEArq

## SUMÁRIO

<b>EIXO I - DO PROTAGONISMO DISCENTE AO ASSOCIATIVISMO E REPRESENTAÇÃO PROFISSIONAL</b> .....	<b>13</b>
ASSOCIATIVISMO ESTUDANTIL NA ARQUIVOLOGIA: um estudo de caso do Centro Acadêmico “Benedito Nunes” de Arquivologia da Universidade Federal do Pará - <b>LUCAS THIERRY MONTE VERDE SILVA e GEOVANNA FIGUEIREDO DOS SANTOS</b> .....	14
REFLEXÕES SOBRE REESTRUTURAÇÃO CURRICULAR DO CURSO DE ARQUIVOLOGIA DA UNIRIO (2006 – 2013) - <b>GABRIEL VABO e RAFAEL SOARES CARVALHO ALVIM</b> .....	19
O ENSINO DE CLASSIFICAÇÃO ARQUIVÍSTICA NA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA - <b>JULIANA MAIA MENDES e CLARISSA MOREIRA DOS SANTOS SCHMIDT</b> .....	25
MEDIAÇÃO, SOCIEDADE E CULTURA NOS CURRÍCULOS DOS CURSOS DE ARQUIVOLOGIA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO: análise crítica sobre o ensino - <b>NATHÁLIA FRAGOSO e MARIELLE BARROS DE MORAES</b> .....	30
<b>EIXO II - O FAZER ARQUIVÍSTICO: DA GÊNESE À PRESERVAÇÃO DOCUMENTAL</b>	<b>36</b>
PRESERVAÇÃO DE DOCUMENTOS MICROFILMADOS: análise das práticas no acervo de microfilme da Cinbesa - <b>GISELE LIMA E SILVA</b> .....	37
PERSPECTIVAS DO PENSAMENTO ARQUIVÍSTICO: uma abordagem sobre a classificação de documentos - <b>JOSUÉ COSTA DE OLIVEIRA</b> .....	42
O DOCUMENTO AUDIOVISUAL NA ARQUIVOLOGIA: definições e problemas encontrados - <b>MATHEUS RODRIGUES GARCIA DE ALMEIDA</b> .....	47
A EVOLUÇÃO DO ARQUIVO E DA ARQUIVOLOGIA NA PERSPECTIVA DA HISTÓRIA - <b>IZABELA CAROLINE DA SILVA ARAUJO</b> .....	52
A IMPORTÂNCIA DA PRESERVAÇÃO NA DISSEMINAÇÃO DA MEMÓRIA DOCUMENTAL - <b>EMANUELLE FRANÇA DE AVIZ e CLARISSA GABRIELLE IPIRANGA CORRÊA</b> .....	56

INDEXAÇÃO E TECNOLOGIA: princípios básicos e avançados no Tribunal de Justiça do Pará - <b>JAQUELINE DA COSTA LOPES</b> .....	60
ACERVOS JURÍDICOS: uma experiência acadêmica no Tribunal de Justiça do Estado do Pará - <b>MAISA MONTEIRO DE OLIVEIRA e KEILA SIQUEIRA DE BARROS</b> .....	64
MICROFILMAGEM COMO SUPORTE DE PRESERVAÇÃO DOCUMENTAL: um estudo no acervo do centro de registro e indicadores acadêmicos da UFPA (CIAC) - <b>ELY ANNE MONTEIRO ANDRADE e LUIS FELLIPE LOUREIRO FARIAS</b> ...	70
ACERVO FOTOGRÁFICO (FÍSICO) DO MUSEU DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ – MUFPA: métodos de preservação encontrados na instituição - <b>CARLOS DANIEL DO AMARAL DIAS JUNIOR</b> .....	75
GESTÃO DOCUMENTAL NO PROTOCOLO DO CENTRO DE REGISTRO E INDICADORES ACADÊMICOS - <b>FERNANDA DI PAULA SOUSA DA CRUZ</b> .....	80
A DIPLOMÁTICA CONTEMPORÂNEA E OS DOCUMENTOS DE IDENTIFICAÇÃO CIVIL: uma perspectiva de análise sobre a falsificação do prontuário de identificação civil - <b>MILTON BEZERRA GOMES NETO e GILBERTO GOMES CANDIDO</b> .....	83
ESTUDO DE CASO SOBRE A PERCEPÇÃO DOS GESTORES DE UMA INSTITUIÇÃO PÚBLICA NA CIDADE DE JOÃO PESSOA/PB SOBRE GESTÃO DOCUMENTAL - <b>MARIA DO SOCORRO FERNANDES OLIVEIRA</b> .....	89
CONSERVAÇÃO E PRESERVAÇÃO: uma história do acervo de microfilmes da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) - <b>BEATRIZ FERREIRA FRANCO</b> .....	94
IDENTIFICAÇÃO ARQUIVÍSTICA E ESTUDO DAS TIPOLOGIAS DOCUMENTAIS NA COLEÇÃO TEXTUAL DO NÚCLEO DE MEMÓRIA DA ESCOLA DE ENFERMAGEM DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA - <b>KALINKA BRANT DA SILVA e GILLIAN LEANDRO DE QUEIROGA LIMA</b> .....	99
GESTÃO DE DOCUMENTOS E FUNÇÕES ARQUIVÍSTICAS EMPREGADAS NA SECRETARIA ESTADUAL DE MEIO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE DE BELÉM/PA - <b>CHRYSYTHIAN KEWIN NAIFF LIBÓRIO</b> .....	104

GESTÃO DE DOCUMENTOS: a Avaliação Documental como função e/ou tarefa na (des)construção de um contexto arquivístico - **RUBEM DA SILVA XERFAN** ..... 110

GESTÃO DOCUMENTAL EM ACERVOS DE MOVIMENTOS SOCIAIS: diagnóstico do arquivo da Comissão Pastoral da Terra (CPT/Belém) - **GEOVANNA FIGUEIREDO DOS SANTOS e IANE MARIA DA SILVA BATISTA** ..... 115

PRÁTICAS DE PRESERVAÇÃO DO ACERVO DE OBRAS RARAS DO CENTRO DE MEMÓRIA DA AMAZÔNIA (CMA): o caso Severa Romana - **RUAN DENNER GOMES DE CASTRO** ..... 120

A FOTOGRAFIA COMO DOCUMENTO ARQUIVÍSTICO E SEU LUGAR NOS ARQUIVOS MUNICIPAIS: o Arquivo Público da cidade de Belo Horizonte - **SUELLEN ALVES DE MELO** ..... 121

PARA QUEM E PARA QUE?: o estudo dos documentos do arquivo cemiterial do Campo Santo do Estado da Bahia - **LEIDE MOTA DE ANDRADE** ..... 123

### **EIXO III - ARQUIVO, SOCIEDADE E POLÍTICA: O PAPEL SOCIAL DO ARQUIVO E AS POLÍTICAS ARQUIVÍSTICAS E DE ACESSO** ..... 124

ANÁLISE DA LEGISLAÇÃO BRASILEIRA EM RELAÇÃO À PROTEÇÃO DE INFORMAÇÕES PESSOAIS - **YORRANA HINGRYD CALAZANS e MARTA LÍGIA POMIM VALENTIM** ..... 125

UMA VIAGEM NO TEMPO POR MEIO DOS LONG PLAY's: a fonoteca Satyro de Mello preservando a história e a memória musical e promovendo a difusão arquivística - **CLARA CHRISTINA MIRANDA SOBRAL e MARILENE ANDREZA GUERREIRO DE SOUZA** ..... 129

ARQUIVOLOGIA E COMUNICAÇÃO: dois olhares sobre a memória institucional - **DANIELE AUGUSTA DOS SANTOS SILVA** ..... 133

O PAPEL DOS CENTROS DE INFORMAÇÃO/ARQUIVOS NA CONSTRUÇÃO DE IDENTIDADE RACIAL - **GABRIELLA BARROS ALVES** ..... 137

ACESSO À INFORMAÇÃO: perspectivas no Arquivo Médico da Fundação Santa Casa de Misericórdia do Pará - <b>NAYANE ARNAUD DA VERA CRUZ e EMILLY AMANDA CHUCRE DE CAMPOS</b> .....	143
O PAPEL SOCIAL DA ARQUIVÍSTICA NO COMBATE ÀS FAKE NEWS - <b>ALAN DE OLIVEIRA CORREIA E BRUNA LESSA</b> .....	148
LEI DE ACESSO À INFORMAÇÃO NAS UNIVERSIDADES ESTADUAIS E FEDERAIS DA REGIÃO SUDESTE - <b>RENAN TRINDADE DA CRUZ e MARIA LEANDRA BIZELLO</b> .....	153
O ACESSO À INFORMAÇÃO E OS ARQUIVOS: a LAI e o papel social dos arquivos públicos - <b>NATÁLIA BRUNO RABELO e VANESSA STEMBACK PAZ</b> ..	158
O ACESSO À INFORMAÇÃO NOS ARQUIVOS MUNICIPAIS DA REGIÃO ADMINISTRATIVA DE SANTOS POR MEIO DA LAI - <b>LETICIA DE JESUS NASCIMENTO</b> .....	165
O MANUSEIO DE DADOS PESSOAIS: um desafio ao fazer arquivístico - <b>JOSÉ AUGUSTO BAGATINI e JOSÉ AUGUSTO CHAVES GUIMARÃES</b> .....	170
POLÍTICA NACIONAL DE ARQUIVOS PÚBLICOS E PRIVADOS: os desafios históricos para sua consolidação e a atual situação no cenário brasileiro - <b>SHANNA DE OLIVEIRA RANGEL e EVELYN ALVES SOARES</b> .....	177
TRADIÇÃO DAS GINCANAS EM VERA CRUZ: a Arquivologia como meio de recuperação de uma memória social - <b>ROBERTA WAGNER</b> .....	182
MEMÓRIA, ESQUECIMENTO E INFORMAÇÃO - <b>MIRNA GALIZA e DEREK TAVARES</b> .....	187
MÍSTICA, ROMANCE, PROFECIA: Arquivo Público Municipal de Marília como laboratório da história da cidade - <b>IRENE BERNARDO e MARCIA CRISTINA DE CARVALHO PAZIN VITORIANO</b> .....	192
DESINFORMAÇÃO E COMPETÊNCIA EM INFORMAÇÃO: discussões e possibilidades na Arquivologia - <b>ANA ROBERTA PINHEIRO MOURA</b> .....	197

<b>RELATO DE PALESTRA: REPRESENTAÇÕES E SENTIDOS DA DIVERSIDADE SEXUAL E DE GÊNERO NOS ARQUIVOS E NA ARQUIVOLOGIA - JACQUELINE RIBEIRO CABRAL .....</b>	<b>198</b>
---	------------

## LEI DE ACESSO À INFORMAÇÃO NAS UNIVERSIDADES ESTADUAIS E FEDERAIS DA REGIÃO SUDESTE

Renan Trindade da Cruz ([re\\_tc@yahoo.com.br](mailto:re_tc@yahoo.com.br))<sup>1</sup>;  
Maria Leandra Bizello<sup>2</sup>

<sup>1</sup>Graduando em Arquivologia. Universidade Estadual Paulista (UNESP)

<sup>2</sup>Doutora em Ciência da Informação Universidade Estadual Paulista(UNESP)

### RESUMO

A Lei de Acesso à Informação é um instrumento que busca garantir a todo cidadão o acesso à informação e ao documento nas instituições públicas. Nesse escopo, sabemos que as universidades públicas federais e estaduais produzem e recebem grande quantidade de diversos tipos documentais. Nesse projeto inicial da pesquisa trabalharemos com as instituições públicas da região sudeste do país, especificamente os estados do Espírito Santo, Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo, para compreendermos o cumprimento da LAI no âmbito das universidades. Entende-se que a lei foi um benefício extremamente importante para o âmbito público junto à participação do cidadão nas universidades públicas. Estudaremos as transformações referente a cada estado a partir da sua regulamentação, como as universidades a implementaram e o seu impacto nos arquivos universitários.

**PALAVRAS-CHAVE:** Lei de Acesso a Informação; Gestão Documental, Universidades Públicas; Região Sudeste.

### INTRODUÇÃO

Este trabalho trata-se de um projeto de pesquisa em desenvolvimento, vamos trabalhar com base na Lei Federal nº 12.527/2011 que viabiliza o acesso à informação junto com o Decreto nº 58.052/2011 referente ao estado de São Paulo, Decreto nº 45.969/2012 de Minas Gerais, Decreto nº 9.871/2012 do Espírito Santo e Decreto nº 35.606/2012 do Rio de Janeiro, buscando identificar a contribuição que fazem ao acesso a documentação junto à informação pública, aplicado na sua preservação, organização e transparência junto ao cidadão.

A região Sudeste possui diversas Universidades estaduais e federais, começando pelo Espírito Santos temos (01 federal e 0 estadual), em Minas Gerais (11 federais e 02 estaduais), em São Paulo (03 estaduais e 06 federais) e no Rio de Janeiro (04 federais e 03 estaduais), contemplando 32 instituições públicas de ensino superior concentrada nos 04 estados do Sudeste. Nesse contexto,

O fundamento da LAI é a primazia da transparência do Estado sobre a opacidade. Para tal, as condições de acesso à informação arquivística governamental devem ser garantidas ao cidadão. Trata-se, neste caso, de cumprir o disposto no parágrafo 2º do artigo 216 da Constituição Federal: "Cabem à administração pública, na forma de lei, a gestão da documentação governamental e as providências para franquear sua

consulta a quantos dela necessitem”. A gestão da informação governamental é, portanto, um requisito básico para que a LAI tenha pleno uso social (JARDIM, 2003, p. 387).

O surgimento da Lei de Acesso à Informação (LAI) proporcionou ao cidadão obter informações referente a instituição desejada, de forma gratuita e tendo como auxílio a Lei que garante segurança e autenticidade na informação solicitada junto a instituição.

## **METODOLOGIA**

A LAI garante um grande desempenho aliado a informação pública, ter acesso aos diversos tipos documentais é um direito de todo cidadão, integralmente todos nós contribuimos direta ou indiretamente para o contínuo funcionamento das instituições superiores públicas existentes, onde todas essas têm o dever de prestar serviço à comunidade em geral.

Trazemos na pesquisa a determinação para identificarmos como as Universidades disponibilizam informação segundo a LAI, como o usuário é direcionado para obter a informação desejada, sabe-se da existência da lei vigente mas sobre o seu cumprimento e deveres muito pouco se sabe, por isso, verificar a sua implementação desde o seu início até os dias atuais é um dos pontos chaves para desenvolvimento da pesquisa.

Através de questionário aplicado nas instituições, vamos apurar pontos importantes de sua aplicabilidade, dentre as questões vamos observar quais são as informações procuradas com maior frequência, prazos e cumprimentos da LAI, dificuldades e benefícios dos sistemas implementados em cada universidade junto a sua manutenção e atualização dos dados que são disponibilizados. Faremos um estudo corporativo entre as universidades pesquisadas.

## **FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA**

A LAI, sancionada no ano de 2011 pela então Presidente da República Dilma Rousseff, apresentou dispositivos que regulam o acesso à informação. Assim, o Brasil apresentou, em matéria de lei, um dispositivo específico que trataria do acesso, da transparência e também do sigilo de informações públicas produzidas no âmbito federal, seguindo uma tendência vista em outros países.

A criação da Lei tem como objetivo promover o acesso à informação das instituições públicas e os órgãos públicos, sendo utilizado para transmissão e

utilização de conhecimento, dispõe de informação sigilosa (para segurança da sociedade e do estado), pessoal (relacionada a pessoa natural, identificável), tratamento da informação (conjunto de ações que diz respeito à produção, recepção, classificação, utilização, acesso, reprodução, transporte, transmissão entre outras), disponibilidade e autenticidade (qualidade da informação que pode ser conhecida e utilizada), integridade (qualidade da informação não modificada, inclusive quanto a origem, trânsito e destino) e primariedade (qualidade da informação coletada na fonte, com o máximo detalhamento possível).

Os municípios com população de até dez mil (10.000) habitantes ficam dispensados da disponibilização obrigatória na internet, mantendo a obrigatoriedade da informação em tempo real, de informações relativas a execução orçamentária e financeira, nos critérios e prazos que cumpram a lei de responsabilidade fiscal.

A LAI assegura o acesso à informação pública mediante a criação de serviços ao cidadão nos órgãos e entidades públicas em geral, atender e orientar o público quanto o acesso à informação, informar sobre o trâmite documental nas unidades, protocolar documentos e requerimentos de acesso à informação e promover a realização de audiência em consultas públicas, incentivo a participação popular ou a outras formas de divulgação.

Dispõe que não pode ser negado à informação necessária à tutela judicial ou administrativa de direitos que são fundamentais, exemplificando que toda informação que visa violação dos direitos humanos exercida por agentes públicos ou de autoridades públicas não pode ser objeto de restrição de acesso, sendo um fator de compromisso com a sociedade.

Iremos analisar os decretos dos 04 estados da região sudeste, sendo eles: Espírito Santo, Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo, para constatar e demonstrarmos a preocupação de haver transparência juntamente com as universidades pertencentes a cada estado.

As universidades como autarquias públicas, devem garantir o acesso à informação e documentos que produzem e recebem. Por meio do SIC – Serviço de Informação ao Cidadão - é estabelecida a relação universidade – sociedade, uma vez que ele se constitui em um canal pelo qual o cidadão pode conhecer melhor a universidade, e exercer a democracia de maneira mais ampla.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Compreendemos que o acesso à informação é direito de todo cidadão, através de muito engajamento foi possível verificarmos a criação da LAI que enriquece a busca das mais variadas informações nos setores públicos, permitindo exemplificar a transparência necessária dos órgãos públicos perante a sociedade, agindo de forma transparente.

Definimos estudar a região Sudeste por concentrar um grande número de Universidades espalhadas nos seus 04 estados. Diariamente são produzidas quantidades significativas de documentação nos mais variados âmbitos e setores, obter o conhecimento de sua constituição e sua procura é algo extremamente importante para sabermos de acordo com a região qual a sua demanda e necessidade da informação solicitada de acordo com o usuário obedecendo a LAI.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, [2016]. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm). Acesso em: 11 abr. 2019.

BRASIL. Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011. Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei no 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei no 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei no 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências. **Diário Oficial [da] União**, Brasília, DF, 18 nov. 2011. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Ato2011/Lei/L12527.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Ato2011/Lei/L12527.htm). Acesso em: 09 abr. 2019.

ESPÍRITO SANTO (Estado). Decreto N° 9871, de 09 de Julho de 2012. Regula o acesso a informações previsto no inciso II do § 4º do artigo 32 da Constituição do Estado do Espírito Santo. **Diário Oficial [do] Estado do Espírito Santo**, Vitória, 10 jul. 2012. Disponível em: <http://www3.al.es.gov.br/Arquivo/Documents/legislacao/html/LEI9871.html>. Acesso em 09 abr. 2019.

JARDIM, J. M. A implantação da lei de acesso à informação e a gestão da informação arquivística governamental. **Revista do Laboratório Interdisciplinar em Informação e Conhecimento**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 2, p.383-405, nov. 2013. Semestral. Disponível em: <http://liinc.revista.ibict.br/index.php/liinc/article/view/639/439>. Acesso em: 19 mar. 2019

JARDIM, J. M. A lei de acesso a informação pública: Dimensões político-informacionais. In: Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação, 13, 2012, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: S.i., 2012. p. 1-21.

MINAS GERAIS (Estado). **Decreto nº 45.969, de 24 de Maio de 2012.** Regulamenta o acesso à informação no âmbito do Poder Executivo. Disponível em: <http://www.transparencia.mg.gov.br/images/stories/decreto-45969.pdf>. Acesso em: 22 mar. 2019.

RIO DE JANEIRO (Cidade). Decreto nº 35.606, de 15 de Maio de 2012. Regula, em âmbito municipal, a Lei de Acesso a Informações – Lei Federal nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, e dá outras providências. **Diário Oficial [do] do Município do Rio de Janeiro**, Rio de Janeiro, 16 mai. 2012. Disponível em: [http://www.rio.rj.gov.br/dlstatic/10112/4179996/4100619/decreto\\_n\\_35606.pdf](http://www.rio.rj.gov.br/dlstatic/10112/4179996/4100619/decreto_n_35606.pdf). Acesso em: 25 abr. 2019.

SÃO PAULO (Estado). Decreto Nº 58.052, de 16 de Maio de 2012. Regulamenta a Lei federal nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, que regula o acesso a informações, e dá providências correlatas. **Diário Oficial [do] Estado de São Paulo**, São Paulo, 17 mai. 2012. Disponível em: <http://www.legislacao.sp.gov.br/legislacao/dg280202.nsf/5fb5269ed17b47ab83256cfb00501469/0d8cf8dcbd4ef45f83257a010046ef75?OpenDocument>. Acesso em: 09 abr. 2019.

VIEIRA, V. L. R. **A Lei de Acesso à Informação.** 2012. Disponível em: [http://bdjur.stj.jus.br/xmlui/bitstream/handle/2011/46754/Acesso\\_informacao\\_texto.pdf?sequence=1](http://bdjur.stj.jus.br/xmlui/bitstream/handle/2011/46754/Acesso_informacao_texto.pdf?sequence=1). Acesso em: 18 mai. 2018.

